

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Cotistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("BEM DTVM"), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Atua com alto nível de especialização na administração fiduciária de recursos de terceiros no segmento institucional. Em 2014, possuía sob sua gestão R\$ 142 bilhões, distribuídos em 965 Fundos de Investimento e 2 Carteiras Administradas, atendendo um

total de 38.519 cotistas.

No exercício, a BEM DTVM registrou Lucro Líquido de R\$ 8,3 milhões, Patrimônio Líquido de R\$ 33 milhões e Ativos Totais de R\$ 38,4 milhões.

Osasco, SP, 28 de janeiro de 2015.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil				
ATIVO	2014		2013	
	2014	2013	2014	2013
CIRCULANTE	38.389	34.141		
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	92	30		
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 5a)	34.063	29.875		
Carteira Própria	4.234	4.236		
OUTROS CRÉDITOS	1.820	1.835		
Rendas a Receber (Nota 6a)	2.414	2.401		
Diversos (Nota 6b)	29	31		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	29	31		
OUTROS CRÉDITOS	29	31		
Diversos (Nota 6b)	1	1		
PERMANENTE	1	1		
INVESTIMENTOS	1	1		
Outros Investimentos (Nota 7)	1	1		
TOTAL	38.419	34.173		

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil				
	2º Semestre		Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013	2014	2013
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.759	3.277	2.005	
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5b)	1.759	3.277	2.005	
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.759	3.277	2.005	
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	5.468	10.549	10.350	
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 11)	11.317	22.350	21.292	
Outras Despesas Administrativas (Nota 12)	(3.519)	(7.077)	(7.519)	
Despesas Tributárias (Nota 13)	(842)	(1.833)	(1.981)	
Outras Receitas Operacionais (Nota 14)	17	22	22	
Outras Despesas Operacionais (Nota 14)	(1.505)	(2.913)	(1.464)	
RESULTADO OPERACIONAL	7.227	13.826	12.355	
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	7.227	13.826	12.355	
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 16)	(2.793)	(5.565)	(4.955)	
LUCRO LÍQUIDO	4.434	8.261	7.400	
Número de cotas (Nota 10a)	13.700.000	13.700.000	13.700.000	
Lucro por lote de mil cotas em R\$	323,65	602,99	540,15	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Em Reais mil				
	2º Semestre		Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013	2014	2013
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:				
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	7.227	13.826	12.355	
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	-	-	(13)	
Reversões de Provisões Trabalhistas	-	-	(13)	
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	7.227	13.826	12.342	
(Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	(6.116)	(4.188)	(8.260)	
(Aumento)/Redução em Outros Créditos	(183)	1	(284)	
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(166)	26	119	
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(724)	(5.034)	(4.031)	
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	38	4.631	(114)	
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:				
Dividendos Pagos	-	(4.569)	(54)	
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	-	(4.569)	(54)	
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	38	62	(168)	
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	54	30	198	
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	92	92	30	
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	38	62	(168)	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("BEM DTVM" ou "Instituição") é uma Instituição financeira que tem por objetivo efetuar operações de intermediação no mercado aberto, além de gerir e administrar recursos de terceiros. É parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nºs 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem estimativas e premissas, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 28 de janeiro de 2015.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Auração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda.

d) Títulos e valores mobiliários - classificação

• Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo valor de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
• Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram para uma negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e
• Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

e) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas são registradas na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias". Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas do segmento financeiro.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas leis estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, bem como a origem e previsão de realização dos créditos tributários estão apresentados na Nota 16.

f) Investimentos

Os investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

g) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

h) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança; e
- Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

i) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base *pro rata* dia).

j) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.

- São compostos por:
- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Disponibilidades em moeda nacional	92	30
Total de disponibilidades (caixa)	92	30

5) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação por categorias e prazos

Títulos (1)	Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	2014			2013		
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (2)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado
Títulos para negociação (3):						
Letras financeiras do tesouro	-	8	3.176	6.098	9.282	-
Letras do tesouro nacional	848	-	-	-	848	-
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-
Debêntures	-	-	-	1.332	1.332	1.332
Certificado de depósito bancário	-	-	-	-	-	1.461
Operações compromissadas	16.685	-	-	-	16.685	-
Letras financeiras	1.134	186	255	4.341	5.916	-
Outros	-	-	-	-	-	104
Total em 2014	18.667	194	3.431	11.771	34.063	34.063
Total em 2013	3.680	1.972	6.243	17.990	29.875	-

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos. No encerramento do exercício, os investimentos em fundos exclusivos administrados pelo Conglomerado Bradesco somavam R\$ 34.063 mil (2013 - R\$ 29.875 mil). Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil;

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos atualizados refletindo o valor de mercado das respectivas cotas; e

(3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante.

b) Resultado de títulos e valores mobiliários

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Fundos de investimentos	3.277	2.005
Total	3.277	2.005

c) A BEM DTVM não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013.

6) OUTROS CRÉDITOS

a) Rendas a receber

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Serviços prestados - taxa de administração de fundos	1.820	1.835
Total	1.820	1.835

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil					
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária		
Saldos em 30.6.2014	13.700	846	14.067	-	28.613
Lucro Líquido	-	-	-	4.434	4.434
Destinações: - Reservas	-	222	4.170	(4.392)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	(42)	(42)
Saldos em 31.12.2014	13.700	1.068	18.237	-	33.005
Saldos em 31.12.2013	8.700	1.129	12.163	-	21.992
Aumento de Capital com Reservas	5.000	(844)	(4.156)	-	-
Lucro Líquido	-	-	-	7.400	7.400
Destinações: - Reservas	-	370	6.961	(7.331)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	(69)	(69)
Saldos em 31.12.2013	13.700	655	14.968	-	29.323
Dividendos Declarados	-	-	(4.500)	-	(4.500)
Lucro Líquido	-	-	-	8.261	8.261
Destinações: - Reservas	-	413	7.769	(8.182)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	(79)	(79)
Saldos em 31.12.2014	13.700	1.068	18.237	-	33.005

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil					
Descrição	2º Semestre		Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2014	%	2014	2013	%
1 - RECEITAS	11.588	143,7	22.736	145,2	21.855
1.1) Intermediação Financeira	1.759	21,8	3.277	20,9	2.005
1.2) Prestação de Serviços	11.317	140,3	22.350	142,7	21.292
1.3) Outras	(1.488)	(18,4)	(2.891)	(18,4)	(1.442)
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(3.519)	(43,7)	(7.077)	(45,2)	(7.519)
Serviços de Terceiros	(3.348)	(41,5)	(6.769)	(43,2)	(7.206)
Serviços do Sistema Financeiro	(8)	(0,1)	(15)	(0,1)	(35)
Publicação	(46)	(0,6)	(134)	(0,9)	(136)
Serviços Técnicos Especializados	(45)	(0,6)	(77)	(0,5)	(89)
Doações	(57)	(0,7)	(57)	(0,4)	

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

16) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

Resultado antes do imposto de renda e contribuição social..... **13.826** **12.355**
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente (5.530) (4.942)
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis (197) (20)

Efeito no cálculo dos tributos:

Outros valores 162 7
Imposto de renda e contribuição social do exercício **(5.565)** **(4.955)**

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

Impostos correntes

Imposto de renda e contribuição social devidos..... (5.563) (4.948)

Impostos diferidos

Contribuição social no exercício, sobre adições temporárias..... (2) (7)

Imposto de renda e contribuição social do exercício **(5.565)** **(4.955)**

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil		
	Saldo em 31.12.2013	Constituição	Realização
Outras provisões	37	35	37
Total dos créditos tributários (Nota 6b)	37	35	37
Obrigações fiscais diferidas (Nota 9a)	3	-	3
Crédito tributário líquido das obrigações fiscais diferidas	34	35	34

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 31 de dezembro de 2014 - R\$ mil		
	Diferenças temporárias		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2015.....	4	2	6
2016.....	7	4	11
2017.....	7	4	11
2018.....	4	3	7
Total (Nota 6b)	22	13	35

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 33 mil (2013 - R\$ 34 mil).

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da

BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui,

17) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas. A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

A BEM DTVM, como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

b) A BEM DTVM administra fundos de investimentos em Títulos e Valores Mobiliários, cujos patrimônios líquidos em 31 de dezembro de 2014, somaram R\$ 142.038.081 mil (2013 - R\$ 134.318.912 mil), cuja receita de taxa de administração desses fundos no exercício somou de R\$ 22.350 mil (2013 - R\$ 21.292 mil), registrado em receita de prestação de serviços.

c) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23); e
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

d) Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973/14, que converteu a Medida Provisória nº 627/13. Essa Lei altera a Legislação Tributária Federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Destacamos os principais assuntos que a Lei nº 12.973/14 dispõe:

- a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
- a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
- o parcelamento especial de contribuição para o PIS/PASEP e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

A referida Lei foi regulamentada através das Instruções Normativas nºs 1.515, de 24 de novembro de 2014 e 1.520, de 4 de dezembro de 2014. Em nossa avaliação, não haverá impactos relevantes futuros em nossas Demonstrações Contábeis.

e) Não houve qualquer evento subsequente que requer ajustes ou divulgações para essas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2014.

A DIRETORIA

Luiz Filipe Lopes Soares – Contador – CRC 1SP208127/O-5

também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2014, que está sendo apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP028567/O-1 F SP

Osasco, 28 de janeiro de 2015

Rodrigo de Mattos Lia

Contador CRC 1SP252418/O-3